



Assistência Estudantil no Instituto Federal Fluminense: possibilidades e limites para a permanência escolar e conclusão de curso

Student assistance at the Federal Institute Fluminense: possibilities and limits for school retention
and graduation

JONIS MANHÃES SALES FELIPPE*



RESUMO – Considerando a relevância assumida pela Assistência Estudantil desde 2010 com a promulgação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), este artigo propõe uma reflexão sobre o impacto dos serviços e ações de Assistência Estudantil para a permanência e a conclusão dos cursos dos estudantes do Instituto Federal Fluminense – IFF. Para tanto, além da revisão bibliográfica sobre o tema, a qual já sinaliza a ausência de estudos substanciais com tal enfoque, o presente trabalho demonstra como certos equívocos na implementação das ações podem produzir resultados negativos para a trajetória acadêmica dos estudantes, embora garantam a permanência escolar. Com os resultados obtidos neste estudo, interpretados à luz das produções recentes no campo dos estudos sobre Política Social e Educação, pretende-se oferecer subsídios para que sejam aprimorados serviços desenvolvidos pelas instituições de ensino superior do país que se fundamentam no PNAES.

Palavras-chave – Assistência Estudantil. Permanência escolar. Serviço Social na Educação.

ABSTRACT – Considering the importance assumed by the Student Welfare since 2010, with the enactment of the National Plan of Student Welfare (PNAES), this article proposes a reflection on the impact of the services and student welfare actions for the school attendance and the completion of the courses by the students of the Fluminense Federal Institute – IFF. Therefore, in addition to the review of the literature on this topic, which already shows the absence of substantial studies with this approach, this paper demonstrates how certain mistakes in the implementation of actions can produce negative results for the academic career of the students, although guaranteeing the school attendance. With the results obtained in this study, interpreted in the light of recent productions in the field of studies of Social Policies and Education, we intend to offer subsidies so that the services developed by higher education institutions in Brazil can be improved.

Keywords – Student Welfare. Permanence at the school. Social Services in Education.

* Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), doutorando em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Atualmente é assistente social do Instituto Federal Fluminense (IFF). Campos dos Goytacazes - RJ/Brasil. E-mail: jonis3@oi.com.br
Submetido em: abril/2015. Aprovado em: maio/2015.

A *Constituição Federal* de 1988 estabelece, em seu art. 206, que o ensino deverá ser ministrado com base em alguns princípios, entre eles o da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). Esse mesmo direcionamento encontra-se disposto no art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sancionada em 20 de dezembro de 1996. Apesar do reconhecimento legal de que o simples acesso à Política de Educação não garante a efetiva democratização do ensino, muito tempo se passou até que uma normatização nacional específica (PNAES) fosse criada com o objetivo de garantir mecanismos de assistência ao estudante da rede federal de educação, tendo como alvo a garantia da permanência no curso.

Esse fato concreto, porém, não evidencia que, antes do Decreto nº 7234 de 2010, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFESs) não tinham em sua estrutura mecanismos de Assistência Estudantil para atender os estudantes que ingressavam nos seus cursos regulares. Na realidade, boa parte das IFESs já tinha, desde os anos 1980, programas de apoio à permanência dos discentes, como as bolsas de trabalho, alimentação e moradia. O próprio FONAPRACE¹ existe desde 1987 com o objetivo de discutir e propor ações concretas de apoio e assistência ao estudante, o que resultou na inclusão da Assistência Estudantil no Plano Nacional de Educação de 2001 com o seguinte texto: “estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico” (BRASIL, 2001).

No Instituto Federal Fluminense², *locus* do estudo aqui apresentado, as ações de Assistência Estudantil abarcam o fornecimento de alimentação, as modalidades de bolsas e auxílios financeiros ofertados pela Coordenação de Apoio ao Estudante e os projetos e serviços de atenção e acompanhamento de discentes deficientes e/ou com necessidades educacionais específicas. Apesar do consenso entre os profissionais de que as ações devem ser pensadas em conjunto, a maior parte do tempo e dos recursos humanos e financeiros está voltada para a concessão das modalidades bolsas e auxílios.

Nesse sentido, os resultados aqui apresentados poderão subsidiar a reflexão sobre os programas de Assistência Estudantil das IFESs, os quais ainda vinculam o repasse de alguns subsídios financeiros por critério socioeconômico à realização de atividades administrativas ou de serviços gerais sem qualquer relação com o curso regular do estudante, inclusive prejudicando seu rendimento escolar. Outro ponto de relevância diz respeito à possibilidade de, a partir da identificação de outras necessidades sociais e acadêmicas dos bolsistas, propor ações e projetos de acompanhamento social, de saúde e acadêmico que ampliem o leque de atuação da Assistência Estudantil nas IFESs, a qual tem se reduzido a ações e serviços focalizados num processo de “bolsificação” (CISLAGHI & SILVA, 2012).

Desenvolvimento

Sobre as conexões e a importância da assistência estudantil para a permanência escolar dos estudantes de camadas populares

Conforme salienta Sposati et. al. (1986) e Yazbek (2009), a reflexão acerca da assistência no Brasil vem sendo empreendida sobre um duplo eixo analítico, uma vez que o assistencial situa-se no âmbito das relações entre o Estado e os segmentos subalternos da sociedade. Sobre o primeiro eixo, a Assistência Social pode ser pensada como uma política social específica, inscrita enquanto um dos tripés da Seguridade Social brasileira e voltada para “aqueles cujas necessidades materiais, sociais e culturais não podiam ser asseguradas pela renda do trabalho” (MOTA, 2010, p. 15). Já sobre o segundo, ela pode ser analisada enquanto um conjunto de mecanismos compensatórios que permeiam as diversas políticas sociais públicas.

Analisada a partir de um ou outro eixo, historicamente a assistência tem se construído enquanto um conjunto de ações que tem como público prioritário segmentos das classes subalternas em situação de pobreza e espoliação. O coletivo dos serviços e benefícios que compõem o assistencial visa garantir condições de subsistência a determinadas populações e/ou minimizar os efeitos da desigualdade estrutural brasileira por meio de ações compensatórias (YAZBEK, 2009). É justamente essa a configuração que a assistência estudantil tem incorporado por dentro da política de educação superior pública no Brasil, inclusive pela seletividade e focalização da população atendida.

Nessa linha, é a presença do *mecanismo assistencial* (SPOSATI et. al., 1986) que caracteriza a assistência estudantil como “compensatória de carências”, o que levanta o binômio inclusão/exclusão pela importância de selecionar o grau de necessidade dos estudantes na maior parte dos serviços prestados. Essa abordagem tem sustentado, nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFESs), a não adoção de ações com caráter universal no âmbito das áreas de alimentação e moradia, por exemplo. Apesar das limitações, não se pode negar o acesso às ações assistenciais como possibilidade estratégica para a realização de direitos sociais da população atendida, bem como enquanto campo de ampliação do seu protagonismo como sujeito (YAZBEK, 2009).

Um exemplo interessante do papel fundamental desempenhado pela assistência estudantil na garantia do direito à educação e no alargamento das possibilidades de participação e ascensão social dos usuários foi relatado na pesquisa de Vargas (2011), realizada com 722 egressos da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Segundo a autora, a inserção no mercado de trabalho dos ex-estudantes bolsistas e não bolsistas se dava de forma paritária, especialmente no tocante à remuneração e tipo do trabalho. Dessa maneira, concluiu a pesquisadora, o acesso aos serviços de Assistência Estudantil, ao possibilitar a subsistência dos estudantes pobres no ensino superior, influencia diretamente na ascensão socioeconômica da família do estudante após a formação, inclusive com o alcance de padrões de remuneração superiores aos dos principais provedores da família no tempo de formação acadêmica.

A despeito do crescimento da sua importância nos últimos anos, especialmente após o Decreto nº 6096/2007, que cria o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)³, ainda são escassas as produções acadêmicas que se dedicaram a refletir sobre a relação entre a Assistência Estudantil e a trajetória escolar dos estudantes no país (VARGAS, 2011). Um pouco mais recorrentes têm sido os estudos de um grupo de autores (ZAGO, 2006; LAHIRE, 2008), que trata das estratégias criadas pelos próprios discentes das classes populares, e por seus familiares, para garantir a permanência e as trajetórias escolares prolongadas.

Apesar da ausência de trabalhos acadêmicos, algumas informações apresentadas por Mello (2007) também sinalizam a relevância de se investigar as ações de Assistência Estudantil voltadas para estudantes pobres que, inclusive pela expansão do número de vagas nos últimos anos, acessam com mais facilidade o ensino superior. De acordo com esse autor, fundamentado nos dados dos Censos da Educação Básica e do Ensino Superior de 1995 a 2001, variáveis como renda familiar, ocupação e escolaridade do principal provedor já influenciavam diretamente na permanência ou não dos estudantes no ensino superior desde o final do século XX.

Nesse sentido, alguns dados fornecidos pela pesquisa⁴ realizada em 2011 pelo FONAPRACE demonstram que essas informações permanecem atuais. De acordo com o relatório final do estudo (*Idem*, 2011), cerca de 44% dos estudantes das universidades federais têm renda familiar de até R\$ 1.459,00, estando enquadrados no que o documento classifica como classes C, D e E. Tais estudantes, de acordo com o próprio relatório, são os principais usuários dos serviços de Assistência Estudantil em todo o país e também os que têm o maior índice de trancamento de matrícula por motivo de “impedimento financeiro” (94,53% dos que trancam o curso por esse motivo têm renda familiar inferior a R\$ 2.656,00, classes B2, C, D ou E).

Mesmo com a importância e antiguidade do assunto, somente em 2010 o Governo Federal regulamentou o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) por meio do Decreto nº 7234. Em seu corpo, o texto prevê como objetivos das ações de Assistência Estudantil:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Como se verifica, o tema permanência escolar está absolutamente vinculado à própria estrutura da Assistência Estudantil, especialmente no tocante ao seu aspecto material (comer, morar, vestir, transportar-se, etc.), embora a dimensão simbólica (ser reconhecido, fazer parte do grupo, coexistir enquanto estudante) não possa ser negligenciada (REIS & TENÓRIO, 2009). No entanto, muito embora a palavra *permanência* seja utilizada em importantes legislações desde 1988 (*Constituição Federal*, Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e PNAES de 2010), quase inexistiam, pelo menos até 2007, trabalhos acadêmicos que se dedicassem à discussão do tema, sendo predominantes as pesquisas que enfatizavam o debate acerca da evasão escolar (CARMO & CARMO, 2014).

Nessa direção, Carmo e Carmo (2014), ao realizarem uma pesquisa sobre a utilização do termo *permanência*, especialmente no tocante à Educação de Jovens e Adultos, identificam um caráter polissêmico na palavra em questão. Dessa maneira, a expressão poderia assumir tanto a ideia de imobilismo/inércia quanto o sentido de constância/resistência, sendo este último significado o mais apropriado para se compreender a permanência escolar dos estudantes jovens e adultos na instituição escola, segundo os autores. Essa mesma concepção pode ser aplicada para se compreender a permanência escolar de discentes das classes populares, uma vez que, para concluírem suas trajetórias acadêmicas, inúmeros são os desafios por eles enfrentados, especialmente no tocante à satisfação de condições materiais elementares (REIS & TENÓRIO, 2009; VARGAS, 2011).

Sobre esse assunto, cabe resgatar que a dimensão material é o pilar de toda existência humana, sendo a satisfação das necessidades básicas uma condição fundamental do homem para se reproduzir. Por isso, ao falar de permanência escolar, não se pode negligenciar a necessidade de se atender, em primeira instância, as demandas básicas para que o estudante esteja na escola com condições de aprender, o que ultrapassa a discussão restrita ao acesso.

Um primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda história é que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de “fazer a história”. Mas, para viver, é necessário, antes de mais nada, beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se, etc. O primeiro fato histórico é, pois, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico; de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar, dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos (MARX & ENGELS, 1976, p. 33).

Na busca por satisfazer tais necessidades básicas, tanto pessoais quanto dos seus familiares, uma parte significativa dos estudantes das camadas populares se veem obrigados a dividir-se entre o mundo do trabalho e a formação acadêmica. Assim, como informa Zago (2006), as dificuldades econômicas enfrentadas pelos discentes constroem o palco de uma luta constante entre “o que gostariam de fazer e o que é possível fazer”, o que certamente os coloca em condições absolutamente desiguais em relação aos colegas que podem se dedicar integralmente aos estudos. Nas palavras da autora, o “tempo investido no trabalho como forma de sobrevivência impõe, em vários casos, limites acadêmicos” ao estudante (*Idem*, p. 235).

Nessa linha de raciocínio, a abordagem adotada no artigo não pretende cair no fatalismo de se vincular necessariamente a condição socioeconômica do estudante às noções, muitas vezes vagas, de *fracasso* ou *insucesso* escolar. Como já identificou Zago (2000), existem importantes registros de situações em que estudantes inseridos em realidades sociais, econômicas e culturais “desfavoráveis” evidenciam “êxito” em suas trajetórias escolares/acadêmicas. Por outro lado, é preciso não perder de vista que, apesar dos casos particulares, as pesquisas nacionais mais abrangentes são enfáticas ao apontar a prevalência de descontinuidades por questões financeiras e menores índices de escolarização entre indivíduos das classes populares (MELLO, 2007; FONAPRACE, 2011).

Na realidade, a desigualdade escolar repousa sobre bases sociais objetivas, mas produz seus efeitos por intermédio de processos subjetivos. Não é por ser pobre que o aluno fracassa, é por não estudar o suficiente. Porém, isto não quer dizer que a pobreza pouco importa: se o aluno não estuda o suficiente, muitas vezes é porque é pobre e tem outras preocupações que não a escola. A cadeia completa é a seguinte: é pobre, luta para sobreviver, não estuda muito, fracassa. É um erro desconhecer a importância da pobreza, outro erro é desprezar a implicação do sujeito na produção do sucesso ou do fracasso escolar (INEP/UNESCO, 2007, p. 36).

Buscando amenizar essas disparidades, o PNAES elenca um conjunto de áreas que deverão nortear as ações de Assistência Estudantil desenvolvidas pelas IFES. Dentre essas áreas, destacam-se: I – moradia estudantil; II – alimentação; III – transporte; IV – atenção à saúde; V – inclusão digital; VI – cultura; VII – esporte; VIII – creche; IX – apoio pedagógico; e X – acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010). Como público prioritário de tais serviços oferecidos pelas IFESs, o PNAES estabelece estudantes oriundos de escolas públicas ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio.

Essas definições acerca do público visam atender justamente aquela parcela de estudantes oriundos das classes definidas pelo FONAPRACE como C, D e E. Na realidade, os dados de 2011 já demonstram a direção impressa aos serviços de Assistência Estudantil. Nessa perspectiva, os índices da região Sudeste são representativos, conforme se verifica a seguir: aproximadamente 49% dos estudantes integrantes da classe D estão inseridos em programas de alimentação, esse índice chega a 83% dos que foram classificados como classe E; já em relação aos dados nacionais, 29% dos indivíduos da classe D e 40% dos da classe E recebem um benefício financeiro voltado especificamente para a garantia da sua permanência nos estudos (FONAPRACE, 2011, p. 32).

Outra prova concreta do crescimento da importância assumida pela Assistência Estudantil nos últimos anos é o volume de recursos repassado pelo Governo Federal para as IFESs. Em 2008, um ano após a implementação do REUNI, foram investidos 125,3 milhões de reais. Em 2009, o valor passou para 203,8 milhões e, em 2010, estima-se que foram aplicados cerca de 304 milhões (*Idem*, 2012). Esses recursos, apesar de crescentes, podem ainda não representar um montante suficiente para atender com qualidade todos os discentes que necessitam de serviços de Assistência Estudantil (CISLAGHI & SILVA, 2012), especialmente se se considera que, antes de 2010, não havia nem mesmo obrigação de previsão orçamentária própria para essa área.

Cabe destacar que os valores aplicados nas ações e serviços de Assistência Estudantil são parte do que um conjunto de autores (BEHRING, 2008; SALVADOR, 2010; OLIVEIRA, 2009) denominam de *fundo público*. Como salienta Behring (2008, 2010, 2012), os recursos que compõem esse fundo são oriundos da apropriação feita pela máquina pública dos valores construídos socialmente pelos trabalhadores, ou seja, de parte da mais-valia, dos juros, dos salários e das rendas sobre os quais incidem os tributos. Também é possível acrescentar o resultado da atuação de empresas produtivas estatais.

Dessa maneira, embora 304 milhões de reais pareça uma quantia volumosa, ela não representa nem 1% do que foi gasto do fundo público em 2012, por exemplo, para pagamento de dívida e amortização de juros, algo em torno de R\$ 573,5 bilhões (SIGA BRASIL, 2014). Nessa direção, uma pesquisa que pretende analisar o impacto da Assistência Estudantil na permanência e integralização do curso dos estudantes não pode prescindir também da investigação e interpretação dos dados orçamentários, os quais poderão sinalizar alguns aspectos relacionados à importância e eficiência das ações, considerando o volume de recursos e o número de alunos com perfil para atendimento. Trata-se de uma perspectiva que busca desvelar os embates políticos que envolvem a composição do orçamento público (OLIVEIRA, 2009).

A Assistência Estudantil no Instituto Federal Fluminense: limites e desafios

No Instituto Federal Fluminense os serviços de Assistência Estudantil abarcam uma modalidade de bolsa (iniciação profissional) e quatro modalidades de auxílio (alimentação, moradia, transporte e NEE – Necessidades Educacionais Específicas). A bolsa de iniciação profissional compreende o pagamento de um valor mensal de R\$ 350,00 aos estudantes que desenvolvem atividades administrativas ou de serviços gerais, que, na maioria das vezes, não tem qualquer relação com o curso regular do bolsista. Já os auxílios podem ser ofertados tanto por meio de repasse financeiro com valores variados quanto pela prestação direta dos serviços (oferta de alimentação e alojamento estudantil, este não disponível no *campus* Campos-Centro). Todos os estudantes precisam passar por um estudo com caráter socioeconômico para acessar os benefícios, os quais ainda não estão totalmente condicionados ao acompanhamento social e pedagógico do estudante na escola (seja pela organização do setor ou pela falta de uma equipe multidisciplinar).

Conforme salienta o Fonaprace (2011), a Política de Assistência Estudantil:

é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida (FONAPRACE, 2011, p. 63).

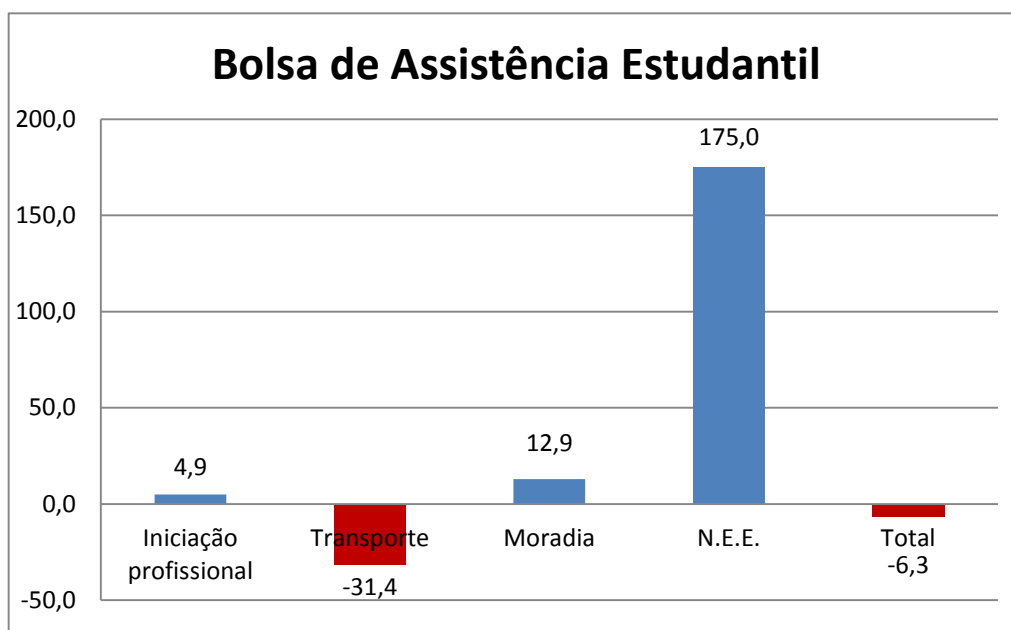
Agindo preventivamente nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Como fica evidente, suas ações estão prioritariamente (“primeiramente”, “antes de”, “acima de”) voltadas para estudantes que, por sua situação de classe, podem encontrar dificuldades múltiplas para se manter no curso, o que perpassa, embora não exclusivamente, pela renda familiar.

Apesar da previsão legal (Decreto nº 7234 de 2010) acerca das áreas de atuação da Assistência Estudantil e do público a ser atendido, o Instituto Federal Fluminense também efetua, a partir da rubrica da Assistência Estudantil, o pagamento das demais modalidades de bolsas que não se destinam a atender os objetivos estabelecidos no PNAES. Entre essas bolsas, estão: Atleta; Arte e Cultura; Monitoria; Iniciação Científica; Apoio Tecnológico e Extensão. Sobre essas modalidades, cabe destacar a bolsa de Apoio Tecnológico, que foi pensada enquanto benefício voltado para estudantes inseridos em atividades laboratoriais ou projetos ligados à elaboração de novas tecnologias, mas acabou se transformando numa segunda via para a execução de atividades administrativas nos setores (junto com a iniciação profissional), embora sem os critérios socioeconômicos, a administração e a seleção organizados pelo Serviço Social.

Na realidade, se se analisa a evolução da oferta das bolsas e auxílios no triênio 2012-2014, percebe-se que as modalidades caracterizadas como Assistência Estudantil têm progressivamente perdido espaço na comparação com as demais. Os dados demonstram que, para além da questão do financiamento, há um problema na distribuição dos recursos administrados, especialmente pelo *campus* Campos-Centro e Reitoria.

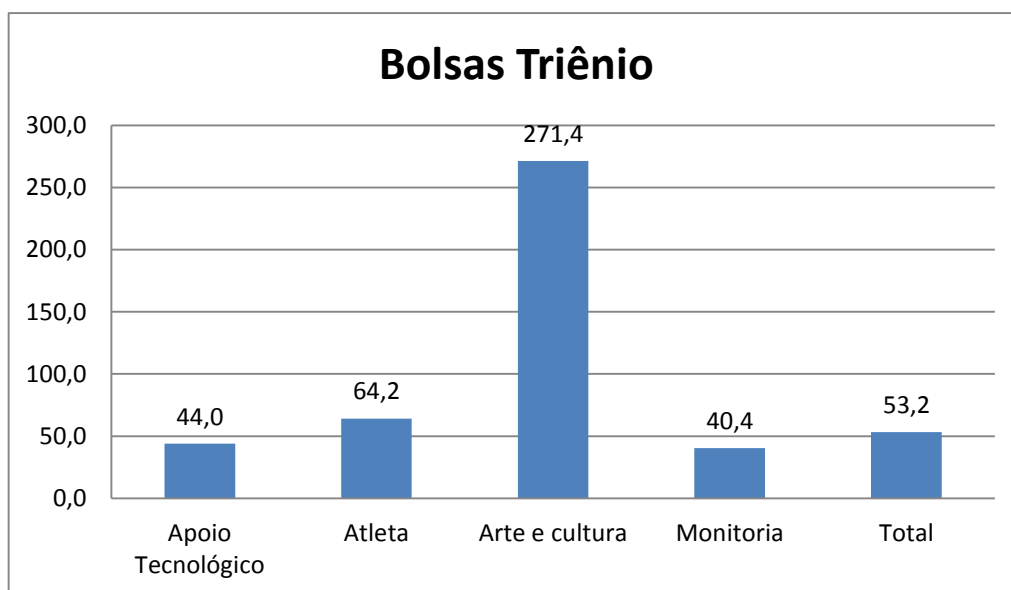
Como fica evidente nos gráficos a seguir, houve uma variação negativa na soma dos quatro benefícios de Assistência Estudantil que envolvem o repasse direto de recursos para os estudantes. Por outro lado, todas as demais modalidades de bolsas não vinculadas a critérios socioeconômicos experimentaram aumentos expressivos de oferta.

Gráfico 1 - Variação percentual (%) das bolsas de Assistência Estudantil no triênio 2012-2014 - *Campus Centro/Reitoria*



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 2 - Variação percentual (%) das demais bolsas no triênio 2012-2014 - *Campus Centro/Reitoria*



Fonte: Elaboração própria.

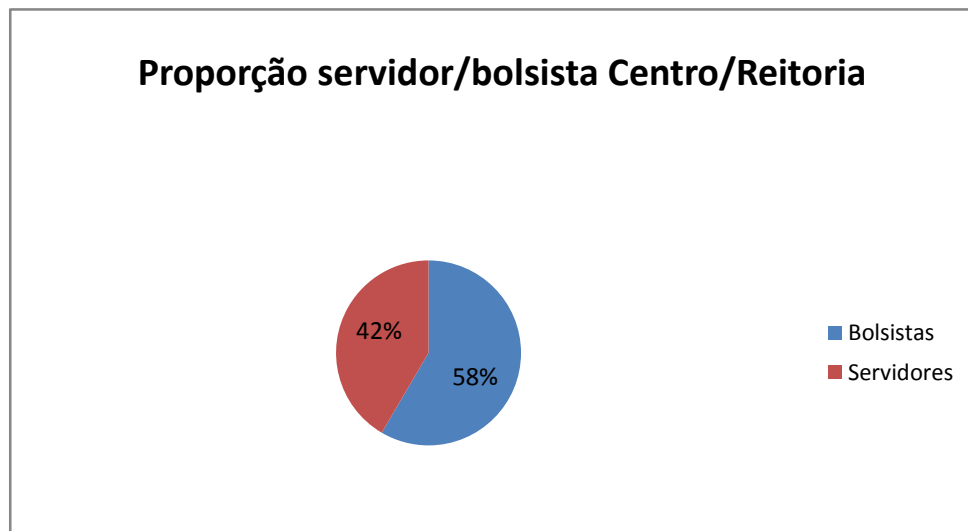
Importa destacar que a variação do item “total” refere-se ao somatório dos benefícios, e não a média dos percentuais. Nesse sentido, os gráficos representam a queda de 601 vagas

em 2012 para 563 em 2014 na Assistência Estudantil e o aumento de 267 em 2012 para 409 em 2014 nos benefícios do segundo gráfico.

Toda essa estrutura de oferta e distribuição do orçamento da Assistência Estudantil tem gerado um conjunto de distorções que, muitas vezes, embora pretendam garantir a permanência e a conclusão dos cursos, acabam produzindo efeitos negativos na trajetória acadêmica dos estudantes. Além disso, a utilização dos recursos para financiar certas atividades administrativas e de serviços gerais executadas pelos estudantes vai na contramão das diretrizes estabelecidas no PNAES, alimentando uma cultura distorcida e arcaica do que é a *assistência* (vinculando-a à contrapartida de trabalho).

No caso do *campus* Campos-Centro, por exemplo, existiam, em janeiro de 2015, 213 bolsistas de iniciação profissional e 216 de apoio tecnológico, o que representa 41% do total de todas as bolsas e auxílios ofertados (excetuando-se alimentação, que é disponibilizada diretamente pelo *campus*). Esses dados ficam ainda mais alarmantes quando se analisa a composição da força de trabalho envolvida com a execução de funções administrativas, conforme o gráfico:

Gráfico 3 – Proporção servidor/bolsista - Centro/Reitoria



Fonte: Elaboração própria.

Como se percebe, quase 60% da força de trabalho envolvida em tarefas administrativas é composta por estudantes, dada a existência de 429 bolsas de apoio tecnológico ou iniciação profissional e 305 servidores da carreira de técnico-administrativo em educação em efetivo exercício no *campus* Campos-Centro e na reitoria (ambos ainda compartilham os mesmos prédios). Essas proporções se repetem nos demais *campi*, sendo de 61%/31% em Macaé, 54%/46% em Campos-Guarus e 55%/45% em Quissamã.

Nessa direção, ao invés de evitar que os estudantes tenham que se dividir entre o mundo do trabalho e a formação acadêmica, a assistência estudantil tem promovido justamente o contrário ao condicionar o recebimento dos benefícios à execução de tarefas administrativas na instituição. Essa situação, aliada à ausência de um acompanhamento pedagógico efetivo dos bolsistas, acaba gerando índices de reprovação mais altos entre os estudantes inseridos na iniciação profissional e no apoio tecnológico, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 - Resultados acadêmicos dos bolsistas - *Campus Campos-Centro e Reitoria* em 2013

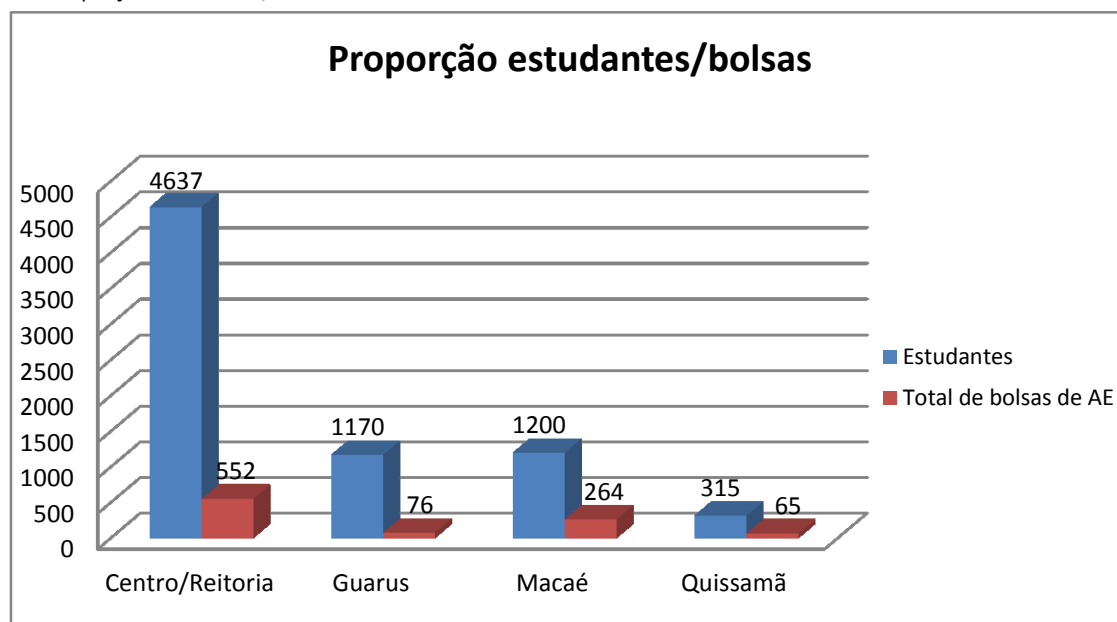
	Aprovado	Dependência	Reprovado	Evasão/outras
Iniciação Profissional	47%	24%	26%	3%
Apoio Tecnológico	48%	30%	21%	1%
Moradia	61%	20%	19%	0%
Transporte	49%	32%	18%	1%
Geral de todas as bolsas	55%	24%	18%	3%
Geral do IFF	42%	19%	17%	22%

Fonte: IFF (2014) – grifos do autor.

Como se percebe, os bolsistas que realizam atividades administrativas e de serviços gerais têm os maiores índices de reprovação, muito acima das médias gerais dos bolsistas (que incluem as bolsas técnico-científicas e acadêmicas) e da instituição (que incluem os não bolsistas). Por outro lado, todas as modalidades de bolsas e auxílios garantem baixíssimos índices de evasão, o que demonstra a eficácia dos serviços na garantia da permanência (pelo menos num sentido restrito de estar presente). Esse fato tem gerado, muitas vezes, o prolongamento desnecessário dos cursos de formação, especialmente no ensino superior e nos cursos técnicos não integrados.

Outro ponto que merece atenção se refere à proporção entre o número de bolsas e o número de estudantes matriculados, o que sinaliza o nível de abrangência dos serviços. O gráfico 4 demonstra que o número de bolsas de assistência estudantil ainda está muito aquém do necessário para atender os estudantes com o perfil estabelecido pelo PNAES.

Gráfico 4 – Proporção estudantes/número de bolsas de Assistência Estudantil em 2014



Fonte: Elaboração própria.

Como se percebe, o número de bolsas de assistência estudantil em comparação ao número de estudantes matriculados nos *campi* corresponde a 11,9% no Campos-Centro/Reitoria, 6,5% em Guarus,

22% em Macaé e 20,6% em Quissamã. Essas informações demonstram que ainda existe, mesmo com variações entre os *campi*, uma demanda reprimida de estudantes com o perfil estabelecido no PNAES, afinal, pelo menos 25% de todos os estudantes que ingressaram na instituição têm corte de renda de até um salário mínimo e meio estabelecido pelo sistema de cotas⁵. Nessa perspectiva, existem hoje, no mínimo, 607 estudantes com perfil para assistência estudantil que não são atendidos no *campus* Campos-Centro.

É importante destacar que os dados acima não incluem os auxílios alimentação ofertados, uma vez que o serviço é oferecido diretamente pela instituição, embora ainda não tenha sido universalizado. Todo o material utilizado nos lanches e refeições é adquirido com recursos da Assistência Estudantil, mas uma parte significativa dos estudantes atendidos pelas refeições já está inserida em algum dos demais serviços.

Conclusão

Os dados aqui apresentados já sinalizam a importância da reflexão sobre a suficiência e a aplicação dos recursos, bem como distribuição das bolsas entre os estudantes, especialmente quando se considera que, em 2014, foram aplicados cerca de R\$ 10.000.00,00 em Assistência Estudantil no IFF. Nesse sentido, os profissionais envolvidos com a execução dos serviços e benefícios de Assistência Estudantil devem pesquisar e se apropriar das informações que envolvem a composição e a distribuição do orçamento nas IFESs, produzindo dados que subsidiem a sua reestruturação, quando necessário.

Outro ponto que merece ser aprofundado diz respeito ao debate sobre a relação entre as taxas de permanência, rendimento (aprovação/reprovação) e integralização do curso entre discentes bolsistas, comparando-as com os índices gerais da instituição. Esse movimento, além de qualificar o trabalho cotidiano dos assistentes sociais e demais profissionais, poderá apontar a necessidade de reformulação na estrutura dos serviços de Assistência Estudantil das diversas instituições que se baseiam no PNAES, estabelecendo novos objetivos e indicadores de avaliação para os programas.

Na instituição em que este estudo foi realizado, por exemplo, o FASIFF (Fórum de Assistentes Sociais do IFF) vem desenvolvendo levantamentos, seminários e discussões que devem se reverter num novo Programa de Assistência Estudantil. Essa nova estrutura, ainda em debate nas instâncias de deliberação do instituto, propõe a padronização dos serviços prestados pelos *campi*, o fim da contrapartida de trabalho administrativo das bolsas, a vinculação entre os benefícios e o rendimento acadêmico dos estudantes, a priorização do tempo da equipe no desenvolvimento de atividades de acompanhamento social e pedagógico dos estudantes com baixos resultados em notas e frequência, entre outras ações.

Esse trabalho desenvolvido pela categoria de assistentes sociais tem ganhado destaque não apenas no Instituto Federal Fluminense, mas em outras instituições da rede, as quais vêm demandando serviços de consultoria à equipe. A construção do FASIFF e os resultados e propostas derivados dos encontros e reuniões possibilitaram um redimensionamento do papel do Serviço Social na instituição, ampliando o leque de atuação dos profissionais para além dos estudos socioeconômicos para inclusão nos benefícios e da administração dos serviços.

Referências

BEHRING, E. Acumulação capitalista, fundo público e valor. In: **Política Social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Crise do Capital, fundo público e valor. In: **Capitalismo em crise, Política Social e Direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

- _____. Rotação do Capital e Crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, E.; et. al. (Orgs.). In: **Financeirização, Fundo público e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm. Acesso em: 06/01/15.
- _____. **Lei 10.172/2001**: Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 06/01/15.
- _____. **Decreto nº 7.234/2010**: Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 06/01/15.
- CARMO, G.; CARMO, C. A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos: propostas de categorização discursiva a partir das pesquisas de 1998 a 2012 no Brasil. In: **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**. v. 22, nº. 63, 2014.
- CISLAGHI, J.; SILVA, M. “O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas *versus* garantia de permanência”. In: **Ser Social**. Brasília, v. 14, nº. 31, p. 489-512, jul/dez 2012.
- FONAPRACE. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das universidades federais brasileiras**. Brasília: FONAPRACE, 2011.
- _____. **Revista comemorativa de 25 anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares. Minas Gerais: ANDIFES/UFU, 2012.
- IFF. **Relatório das ações desenvolvidas no biênio 2012-2013**. Campos dos Goytacazes: IFF/DAE, 2014.
- INEP/UNESCO. **Repensando a escola**: um estudo sobre os desafios de aprender, ler e escrever. Brasília: UNESCO, MEC/INEP, 2007.
- LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Editora Ática, 2008.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1976.
- MELLO, J. Desigualdades sociais e acesso seletivo ao ensino superior no Brasil no período 1994-2001. In: **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Educación**. v. 5, nº. 2, p. 69-83, 2007.
- MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MOTA, A. E. **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2010.
- OLIVEIRA, F. A. **Economia e Política das Finanças Públicas no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009.
- REIS, D.; TENÓRIO, R. Cotas e estratégias de permanência no ensino superior. In: TENÓRIO, R.; VIEIRA, M. (Orgs). **Avaliação e Sociedade**: a negociação como caminho. Salvador: EDUFBA, 2009.
- SALVADOR, E. **Fundo público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SIGA BRASIL. **Execução Orçamentária**. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em: 10/09/14.
- SPOSATI, A; et. al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1986.
- VARGAS, M. Ensino Superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. In: **Avaliação**. Campinas, Sorocaba: Universidade de Sorocaba, v. 16, nº. 1, p. 149-163, mar 2011.
- YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2009.
- ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 11, nº. 32, mai/ago 2006.
- _____. Quando os dados contrariam as previsões estatísticas: os casos de êxito escolar nas camadas socialmente desfavorecidas. In: **Paidéia**. Ribeirão Preto: USP, jan/jul 2000.

¹ Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis.

² O Instituto Federal Fluminense (IFF) é uma instituição de educação básica, superior e tecnológica, com estrutura pluricurricular e multicampi. Atualmente o IFF conta com 13 campi espalhados pelas regiões Norte, Noroeste, Lagos e Metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

³ Este decreto já prevê em seu artigo 2º, item V, a ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil.

⁴ Esta pesquisa buscou diagnosticar o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras.

⁵ Os 25% referentes ao sistema de cotas são considerados um quantitativo mínimo por não abarcarem todos os estudantes com renda per capita de até um salário mínimo e meio, uma vez que uma parte importante dos estudantes pobres consegue ingressar pela ampla concorrência.